Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, o Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a importância da valorização de manifestações culturais e artísticas, sobretudo sob a perspectiva da formação humanística de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Proc. MPRJ 2009.00285848

RESOLVE

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, o Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na forma do regulamento que consta do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2009

Claudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO

CORREDOR CULTURAL DO MPRJ

I – Das Disposições Gerais

Art. 1º – O Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é destinado a exposições artísticas e eventos literários e culturais.

§ 1º – O Corredor Cultural abrigará eventos como noite de autógrafos, exposições de quadros, tapeçarias, artesanato, esculturas e correlatos.

§ 2º – Não serão admitidas exposições:

- a) que visem estritamente ao lucro comercial em prejuízo do incentivo à arte;
- b) de produtos industrializados, em detrimento de produtos artesanais;
- c) por parte de pessoas jurídicas com finalidade de lucro;
- d) de materiais considerados ou relacionados com atividades ilegais ou imorais;
- e) objetos manufaturados, cuja produção não se equipare a artesanato.

II — Da Administração do Espaço Cultural

Art. 2º – O Corredor Cultural será administrado pela Assessoria de Cerimonial, a quem compete designar área física para a realização de eventos, de acordo com a disponibilidade da administração do MPRJ e com as características do evento, ficando determinado o *hall* do subsolo do edifício-sede, situado na Avenida Marechal Câmara, nº 370, Centro – Rio de Janeiro, RJ, como ambiente oficial deste espaço.

Parágrafo Único – Para a realização de eventos, não poderão ser destinados espaços que prejudiquem o funcionamento dos serviços e o trânsito de pessoas.

III — Da Coordenação dos Eventos

Art. 3º – A coordenação dos eventos realizados no Corredor Cultural é de responsabilidade da Assessoria de Cerimonial, a quem cabe, ainda:

- a) receber as solicitações para realização de eventos, examinando-as previamente e submetendo-as à apreciação da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração;
- b) manter cadastro atualizado de expositores;
- c) propor à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração outras regras que se fizerem necessárias para a correta utilização do Corredor Cultural;
- d) submeter à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração a agenda de eventos;
- e) expedir convites dirigidos aos convidados oficiais dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quando for o caso;
- f) relacionar-se com instituições que possuam atividades assemelhadas, com a finalidade de manter intercâmbio de informações, mostras e serviços, bem como o aprimoramento da utilização do Corredor Cultural.

IV — Do Funcionamento do Corredor Cultural

Art. 4º – A solicitação do Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deve ser formalizada por meio de comunicação dirigida à Assessoria de Cerimonial, com antecedência mínima de 30 dias, acompanhada do currículo do autor e de dois exemplares do livro ou de duas peças, que serão devidamente apreciados.

§ 1º – Cabe à Subprocuradoria-Geral de Administração a indicação de um curador de arte, que será responsável pela análise das propostas apresentadas.

§ 2º – Após o parecer favorável, o expositor assinará o Termo de Autorização de Uso, afirmando ter ciência do presente regulamento e comprometendo-se a seguir suas disposições, com indicação de data e horário da realização do evento.

§ 3º – A segurança do material exposto será de inteira responsabilidade do expositor, devendo o referido manter responsável no local durante o horário de expediente da Procuradoria-Geral de Justiça, que fica isenta de quaisquer responsabilidades em relação às obras e/ou objetos expostos.

Art. 5º – O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não se responsabilizará pelo pagamento de empregados/responsáveis do expositor, de obras comercializadas, de quaisquer tributos relativos às suas atividades e/ou de seus empregados/responsáveis, bem como de quaisquer formas de prejuízo experimentadas pelo expositor.

Art. 6º – O espaço será cedido graciosamente, porém o expositor obriga-se a doar pelo menos uma de suas peças para o acervo artístico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como, em se tratando de evento literário, pelo menos dois exemplares de livros, em lançamento, para o acervo da Biblioteca do MPRJ.

§ 1º – A peça a ser doada será escolhida dentre quatro obras alternativamente apresentadas pelo expositor.

§ 2º – A doação será efetivada através de Termo de Doação, preparado pela Assessoria de Cerimonial, constando as dimensões, técnica utilizada, o valor da peça e o seu oferecimento.

Art. 7º – A Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração poderá, a qualquer tempo, determinar o cancelamento da autorização dada, bem como a suspensão da exposição, sem que isto gere direito a indenizações.

Art. 8º – Os danos porventura causados ao patrimônio do Corredor Cultural serão de responsabilidade do expositor solicitante.

Parágrafo Único – O responsável por danos, nos termos do *caput*, não poderá realizar outro evento nas dependências do Ministério Público enquanto não realizar o integral ressarcimento do débito existente.

Art. 9º – O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro poderá emitir, caso solicitado, certificado alusivo à exposição, dele constando o nome do autor, nome e período da mostra, além de outros dados relevantes.

V — Da Organização da Exposição

Art. 10 – O calendário poderá ser preenchido, a critério do Ministério Público, com duração máxima de 30 dias para cada evento.

Art. 11 – O expositor ou seu representante deverá entregar, pessoalmente, as peças que irão compor a mostra, na Assessoria de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 horas.

§ 1º – O material de consumo, como fios de nylon, pregos e parafusos, ficará por conta do expositor.

§ 2º – Não será permitida a fixação de pregos, parafusos ou equivalentes nas paredes.

§ 3º – A utilização de qualquer outro equipamento ou material de suporte dependerá da prévia autorização da Assessoria de Cerimonial.

Art. 12 – A montagem e a desmontagem da exposição ficarão sob responsabilidade do expositor dentro da orientação e supervisão da Assessoria de Cerimonial, ficando o expositor obrigado a liberar o espaço utilizado no primeiro dia útil posterior ao término da exposição, sob pena de remoção do material para depósito provisório, pelo prazo de 30 dias, sem quaisquer garantias de conservação.

Art. 13 – O expositor, assim como o responsável pelos seus trabalhos, obrigam-se a submeter-se, rigorosamente, às normas do Ministério Público, tais como as relativas à indumentária e ao uso de identificação.

Art. 14 – O expositor deverá arcar com todas as despesas de transporte dos materiais, da organização, do evento, divulgação, ficando a seu critério ornamentar o Corredor Cultural, dentro da orientação e supervisão da Assessoria de Cerimonial.

Art. 15 – O expositor poderá oferecer coquetel por ocasião de exposições, às suas expensas, sob a supervisão da Assessoria de Cerimonial.

§ 1º – O término do evento deverá ser compatível com o horário de expediente da Procuradoria-Geral de Justiça, salvo situações de interesse do Ministério Público assim declarado pela Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração.

Art. 16 – O expositor restringirá a divulgação da exposição e de seu trabalho ao espaço a ele destinado, vedado o oferecimento de produtos, distribuição de cartões e afins em outras áreas do Ministério Público.

Art. 17 – Não será permitida a venda direta nas dependências do Corredor Cultural do Ministério Público; será permitido ao expositor, contudo, afixar, no espaço da mostra, listagem ou etiqueta indicando o valor de cada obra.

VI — Da Disposição Final

Art. 18 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Janeiro.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2009

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CORREDOR CULTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Expositor:	
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone:	
Exposição:	
Período:	

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e nove (___/___/2009), na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado por _____, _____, R.G. nº _____, C.P.F. nº _____, doravante denominada **AUTORIZADORA**, outorga ao expositor acima identificado(a), doravante denominado(a) **AUTORIZADO(A)**, a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DO CORREDOR CULTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS**, válida nos termos do Regulamento editado para tal finalidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declaro estar ciente das disposições do Regulamento da utilização do Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para exposições artísticas e culturais e comprometo-me a seguir fielmente suas disposições, sob as penas da lei.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

TERMO DE DOAÇÃO

EU, _____, abaixo assinado, carteira de identidade nº _____, por este instrumento, **do** ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40, a obra intitulada _____, no valor estimado de R\$ _____ (_____), nas dimensões de _____, na técnica _____, conforme pactuado no Regulamento do Corredor Cultural desta Instituição Ministerial.

Rio de Janeiro, de _____ de 2009.